

# Salários de março terão o IPC de 72,78%

O choque que a equipe econômica do Governo Collor divulga amanhã atingirá fortemente as elites, principalmente quem teve maiores ganhos no mercado financeiro, e preservará os salários, que em março serão corrigidos pelo IPC de fevereiro (72,78 por cento), enquanto os preços deverão ser congelados a partir do dia 16, por um mês. O congelamento de preços de 16 de março a 15 de abril significa que o futuro Governo vai prefixar a inflação do mês que vem em 40 por cento, que é o resíduo inflacionário do mês de março. O governo anuncia amanhã a intenção de privilegiar a população de renda baixa para a aquisição de casa própria, em detrimento das famílias de renda mais alta.

Para a capital está reservado o maior ônus do ajuste econômico: deve aumentar a tributação, pelo IOF, das operações no overnight e dos fundos ao portador, que pagrão 50 por cento, e nominativos, com 20 por cento. A tributação será relativa ao prazo de resgate da operação, para estimular o alongamento do perfil das aplicações financeiras e, consequentemente, da dívida pública.

## PATRIMÔNIO

O futuro Governo pretende ainda taxar em 4 por cento o patrimônio das pessoas jurídicas e cobrar uma espécie de compulsório, entre 20 e 40 por cento, do lucro não operacional (financeiro) das empresas, ou simplesmente elevar a contribuição social das mesmas. Para os bancos, o sacrifício será ainda maior, pois o recolhimento compulsório sobre os depósitos à vista vai aumentar dos atuais 80 para 100 por cento, e será instituído também o compulsório sobre depósitos a prazo, inclusive contas re-

muneradas.

Praticamente todos os prazos de retenção dos impostos e taxas, pelos bancos, serão reduzidos para no máximo dois dias, eliminando a perda inflacionária do Tesouro.

A mudança no ano fiscal, de janeiro a dezembro, para julho de 90 a junho de 91, permitirá o aumento e a criação de novos tributos, para zerar o déficit do setor público. Essa mudança permitirá também a elaboração de novo orçamento, incorporando as mudanças no organograma do Governo central e suas prioridades. Uma das mais importantes alterações será a eliminação total dos subsídios e a suspensão de todos os incentivos fiscais que não estão protegidos pela Constituição, por um ano.

Os aplicadores no mercado financeiro também serão surpreendidos desfavoravelmente porque não poderão sacar suas aplicações no over e fundos de curto prazo, diariamente, como fazem hoje. O atual sistema de rendimento diário será substituído pelo overweek, que é semanal.

As pessoas físicas que acumulam riquezas e patrimônio sofrerão uma taxação do imposto sobre grandes fortunas, entre 3 e 4 por cento. Não há consenso sobre o aumento do Imposto de Renda das pessoas físicas, sendo pouco provável sua adoção.

## DEMISSÃO

O setor público será onerado pela redução de seus quadros, com demissão de funcionários, extinção de cargos comissionados e órgãos inoperantes. Já as estatais com problemas de defasagens nos preços ganharão o realinhamento das tarifas. Está em exame a reforma monetária, com

a substituição do cruzado novo pelo extinto cruzeiro, após o corte de dois zeros.

Outra mudança importante deve ser introduzida no sistema de fechamento dos contratos de câmbio, realizados por importadores e exportadores, junto ao Banco Central, para a troca de cruzados por dólar, ou vice-versa. O exportador, ao invés de receber o pagamento de sua mercadoria integralmente em moeda, só receberá 40 por cento do valor em dólar, pelo câmbio oficial, e 60 por cento em um papel com correção cambial, a ser criado pelo BC. O importador, ao buscar junto ao BC os dólares para pagar suas compras, receberá 40 por cento em moeda e 60 por cento em papel. Ele terá que negociar esse papel no mercado para realizar o pagamento do negócio no exterior.

Fontes que tiveram acesso às propostas do programa de estabilização que será anunciado amanhã garantem que os assalariados não pagrão a conta do ajuste econômico. Com o congelamento, os preços não poderão sofrer majorações, no período de 16 de março a 15 de abril, quando é coletado o índice de inflação do próximo mês.

No entanto, a inflação será prefixada para abril em 40 por cento, para corrigir os salários e câmbio (que na prática constitui uma maxidesvalorização), que coincide com o resíduo inflacionário do mês de março. Isso porque o IPC é o resultado da comparação da média de evolução dos preços de abril, contra a média de março. O congelamento, a partir de hoje, pegará muitos preços acima da média praticada durante o período de coleta do índice de março.